

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – TEORIA GERAL DOS PROCESSOS COLETIVOS	23
1. A história do processo coletivo	23
1.1. A origem das ações coletivas no mundo	24
1.2. Desenvolvimento das ações coletivas no Brasil	27
2. Os escopos da tutela coletiva	31
2.1. O acesso à justiça	32
2.2. Economia processual	35
2.3. Justiça e equilíbrio entre os litigantes	37
2.4. Previsibilidade	38
2.5. Dissuasão	39
2.6. Reparação	41
3. Instrumentos para a tutela de situações jurídicas coletivas	42
3.1. Ações coletivas	42
3.2. A incompletude do sistema das ações coletivas	47
3.3. Julgamento de casos repetitivos	53
3.3.1. Conceito e distinções necessárias	53
3.3.2. O julgamento de casos repetitivos como processo coletivo não- objetivo	58
3.3.3. A representação indireta no julgamento de casos repetitivos ...	64
3.3.4. A dupla função do julgamento de casos repetitivos no Brasil	67
3.3.5. O julgamento de casos repetitivos como incidente multipo- larizado: o problema da participação e da representação de interesses concorrentes	69
4. Conceitos fundamentais à compreensão da tutela coletiva	72
4.1. O moderno e amplo conceito de processo coletivo	72
4.2. Os conceitos fundamentais de grupo, membro do grupo e condutor do processo coletivo	76
4.3. Conflitos coletivos	78

4.4.	Conflitos estruturais	80
4.5.	Conflitos de massa	82
5.	Premissas filosóficas e sociológicas para a compreensão das coletividades como sujeitos de direitos distintos dos seus membros	83
5.1.	As divergências entre o individualismo e o coletivismo ontológicos	85
5.2.	O “problema” da conflituosidade interna dos grupos e a opção pela concepção não-agregativa	89
5.3.	As críticas a respeito das concepções coletivistas e individualistas no Brasil	93
6.	Modelos de tutela jurisdicional dos direitos coletivos	98
6.1.	Modelo das <i>Verbandsklagen</i> (tradicional da Europa-Continental)	98
6.2.	Modelo das <i>Class Actions</i> (norte-americano)	100
6.3.	O Código Modelo de Processos Coletivos	103
CAPÍTULO 2 – REGIME JURÍDICO DAS AÇÕES COLETIVAS		105
1.	O microsistema processual coletivo	105
1.1	Aspectos gerais	105
1.2.	Espécies de ações coletivas	106
1.2.1.	Procedimento comum e procedimentos especiais	106
1.2.2.	Princípios da não taxatividade e atipicidade da tutela coletiva	107
1.3.	O enquadramento da ação de improbidade no microsistema processual coletivo	108
1.4.	Ações coletivas passivas	112
1.4.1.	Aspectos gerais	112
1.4.2.	Reconhecimento jurisprudencial	114
1.4.3.	Questões controvertidas	115
1.5.	Ações pseudoindividuais, ações individuais sobre relações plurilaterais e ações individuais com alcance coletivo	117
1.6.	O cabimento do <i>habeas corpus</i> coletivo	119
2.	As categorias legais de direitos coletivos em sentido amplo	124
2.1.	Afinal, são “direitos” ou “interesses” coletivos?	124
2.2.	A opção brasileira pela tripartição conceitual dos direitos coletivos em sentido amplo (direitos metaindividuais): direitos difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos	126
2.3.	Os problemas advindos da opção conceitual dos direitos coletivos ...	130
2.4.	A classificação de Barbosa Moreira e a “polêmica” sobre a natureza dos direitos individuais homogêneos	132
2.5.	O dogma da indivisibilidade dos direitos transindividuais e a importância da construção de conceitos sociologicamente orientados de litígios coletivos: as contribuições de Edilson Vitorelli	134

2.5.1.	Litígios transindividuais de difusão global	138
2.5.2.	Litígios transindividuais de difusão local	140
2.5.3.	Litígios transindividuais de difusão irradiada	142
3.	Competência nas ações coletivas	145
3.1.	A disciplina da competência territorial absoluta nas ações coletivas ..	145
3.2.	O desmembramento das pretensões de subgrupos e a convivência de ações coletivas em foros distintos: a tutela do princípio da competência adequada no Conflito de Competência nº 1.444.922/MG	149
3.3.	A competência na ação popular	153
3.4.	A competência no mandado de segurança coletivo	154
3.5.	A competência no mandado de injunção coletivo	156
3.6.	Competência territorial no ECA e Estatuto da Pessoa Idosa	157
4.	Legitimação coletiva	158
4.1.	Natureza jurídica	158
4.2.	O controle judicial da legitimação coletiva	159
4.2.1.	Fundamentos	159
4.2.2.	O estado da arte	160
4.2.3.	Proposta de roteiro de controle da legitimação adequada nas ações coletivas brasileiras	164
4.3.	Os legitimados gerais (art. 5º, LACP)	166
4.3.1.	Ministério Público	166
4.3.2.	Administração Pública direta e indireta	175
4.3.3.	Associações	178
4.3.4.	Partidos políticos, sindicatos e fundações privadas (?)	184
4.3.5.	Defensoria Pública	187
4.4.	A legitimidade na ação popular	190
4.5.	A legitimidade no mandado de segurança coletivo	193
4.5.1.	Histórico	193
4.5.2.	Natureza do rol de legitimados	195
4.5.3.	Partidos políticos	198
4.5.4.	Organizações sindicais, entidades de classe e associações	200
4.6.	A legitimidade no mandado de injunção coletivo	201
5.	Tutela principal e provisória: o pedido nas ações coletivas	204
5.1.	Aspectos gerais	204
5.2.	A interpretação do pedido	206
5.3.	Ação coletiva em matérias tributária e previdenciária	208
5.4.	Controle de constitucionalidade em ações coletivas?	212
5.5.	Danos extrapatrimoniais	214

5.5.1.	Danos morais coletivos e danos morais individuais homogêneos	214
5.5.2.	Danos sociais (?)	220
5.6.	Tutela provisória em processos coletivos	223
5.6.1.	Aspectos gerais	223
5.6.2.	Particularidades	225
5.7.	Reconvenção em ações coletivas	226
5.8.	Objeto e pedido na ação popular	229
5.8.1.	Cabimento	229
5.8.2.	Pedido	232
5.9.	Objeto e pedido no mandado de segurança coletivo	234
5.10.	Objeto e pedido no mandado de injunção coletivo	236
5.10.1.	Pressupostos para o ajuizamento	236
5.10.2.	Petição inicial	238
5.10.3.	Efeitos da decisão	239
6.	Conexão, continência e litispendência nas ações coletivas	243
6.1.	Aspectos gerais	243
6.2.	Relação entre ação coletiva e ação individual	244
6.3.	Relação entre ações coletivas	247
7.	A decisão de saneamento e organização dos processos coletivos: a “certificação” coletiva	249
7.1.	A inspiração norte-americana (<i>class certification</i>)	249
7.2.	A decisão de saneamento e organizações das ações coletivas brasileiras	252
7.3.	O saneamento processual no CPC	257
7.4.	O saneamento do julgamento de casos repetitivos	263
7.5.	Conteúdo mínimo da decisão de organização e saneamento dos processos coletivos	267
7.6.	A atividade probatória nos processos coletivos	268
7.6.1.	Aspectos gerais: a produção da prova e a tipologia de conflitos coletivos	268
7.6.2.	A modificação do ônus da prova	269
7.6.3.	Cooperação jurídica nacional: atos concertados em matéria probatória	274
7.7.	A Recomendação CNJ 76, de 08 de setembro de 2020	278
8.	Intervenção de terceiros nas ações coletivas	280
8.1.	A intervenção de colegitimados coletivos	280
8.2.	A participação direta do grupo nas ações coletivas	284

8.3.	A intervenção móvel da pessoa jurídica interessada na ação popular e na ação de improbidade administrativa	285
8.4.	A intervenção dos membros do grupo “como litisconsortes” nas ações coletivas voltadas à tutela de direitos individuais homogêneos	287
8.5.	A intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica ...	291
8.6.	A participação de experts durante audiências públicas	295
8.7.	A intervenção dos <i>amici curiae</i>	298
9.	A notificação adequada dos membros do grupo	302
9.1.	Fundamentos da notificação adequada (<i>notice</i>) no sistema das <i>class actions</i>	302
9.2.	Momento e espécies de notificação no sistema das <i>class actions</i>	304
9.3.	A notificação adequada no Brasil	307
9.3.1.	A objeção da coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	307
9.3.2.	As diversas funções do dever de notificação do grupo	309
9.3.3.	A insuficiente regulamentação do dever de notificação no Brasil	311
9.3.4.	Parâmetros para uma adequada notificação por ocasião da decisão de saneamento e organização do processo	313
10.	Coisa julgada coletiva	317
10.1.	Regime geral	317
10.2.	O regime <i>secundum eventum litis</i> de transporte aos particulares (<i>transporte in utilibus</i>)	321
10.3.	A situação dos assistentes litisconsorciais	322
10.4.	A incidência da coisa julgada coletiva para quem tem ação individual em curso	322
10.5.	Incidência da coisa julgada coletiva sobre quem já tem coisa julgada individual desfavorável	324
10.6.	A “extensão territorial” da coisa julgada coletiva: o (não mais) polêmico art. 16 da LACP	324
10.7.	A coisa julgada no mandado de segurança coletivo	328
10.8.	A coisa julgada no mandado de injunção coletivos	329
11.	Remessa necessária e peculiaridades recursais nas ações coletivas	330
11.1.	O regime de remessa necessária do art. 19 da LAP	330
11.2.	Efeito suspensivo da apelação	332
11.3.	Peculiaridades quanto interesse recursal	333
11.4.	Recorribilidade das decisões interlocutórias na LAP	334
12.	Prescrição e decadência nos processos coletivos	335
12.1.	Distinções conceituais	335
12.2.	Regras expressas sobre o tema no campo dos processos coletivos	337
12.3.	Prescrição das pretensões coletivas	339

12.4.	A interrupção do prazo prescricional para ação individual e o prazo quinquenal para a execução individual de sentença coletiva	344
12.5.	Início da fluência, impedimento, suspensão e interrupção do prazo prescricional	347
13.	Despesas processuais nas ações coletivas	349
13.1.	Regime geral (art. 87 do CDC e art. 18 da LACP)	349
13.2.	Aplicação do princípio da simetria à parte ré	351
14.	Liquidação e efetivação das decisões proferidas em processos coletivos	354
14.1.	Introdução	354
14.2.	Liquidação e execução de decisões coletivas que imponham obrigações indivisíveis (direitos difusos e coletivos em sentido estrito)	356
14.2.1.	Compreensão geral	356
14.2.2.	Legitimidade para a execução	357
14.2.3.	O Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD)	357
14.2.4.	A execução da pretensão individual decorrente	360
14.2.5.	A execução fundada em sentença penal condenatória	361
14.2.6.	A execução de título executivo extrajudicial	362
14.3.	Liquidação e execução de decisões coletivas que imponham obrigações divisíveis (direitos individuais homogêneos)	363
14.3.1.	Aspectos gerais	363
14.3.2.	A liquidação da sentença genérica	364
14.3.3.	A execução da sentença genérica	366
14.3.4.	A regra residual da reparação fluida (<i>fluid recovery</i>) do art. 100 do CDC e a <i>cy-près doctrine</i>	371
14.4.	Delegação de atividade executiva a entidades de infraestrutura específica (<i>claim resolution facilities</i>)	374
14.4.1.	Conceito e fundamentos	374
14.4.2.	A experiência norte-americana das <i>claim resolution facilities</i>	379
14.4.3.	A fixação de indenizações mediante matrizes de danos (<i>damage assessment</i>)	383
14.4.4.	O uso de entidades de infraestrutura específica no Brasil: a experiência da Fundação Renova no caso Rio Doce (desastre de Mariana)	387
14.5.	Execução de sentença coletiva não impugnada pela Fazenda Pública	392
14.6.	Competência para liquidação e execução coletivas	394
15.	Processos estruturais e processos civis de interesse público (<i>public interest litigation</i> ou <i>public law litigation</i>)	396
15.1.	Histórico	396
15.2.	Conceito e objeto do processo estrutural	399
15.3.	Características dos processos estruturais	401

15.4.	Processos estruturais e experimentalismo judicial	405
15.5.	Particularidades da certificação dos processos estruturais	409
15.6.	Críticas e mitos sobre os processos estruturais	411
15.7.	Processos estruturais, estado de coisas inconstitucional e “judicialização simbólica”	415
15.7.1.	A origem da teoria do “estado de coisas inconstitucional”	415
15.7.2.	A introdução do “estado de coisas inconstitucional” no Brasil via ADPF 347	416
15.7.3.	Análise crítica da teoria	422
15.8.	A Recomendação CNJ 163/2025: diretrizes para a identificação e condução de processos estruturais	423
15.9.	A Recomendação de Caráter Geral CNMP 5/2025/CN: boas práticas na atuação do Ministério Público em processos estruturais	428
15.10.	Processos civis de interesse público (<i>public law litigation</i>)	432
15.11.	Limites do Poder Judiciário no controle de políticas públicas: Tema 698 de Repercussão Geral no STF	433

CAPÍTULO 3 – INSTRUMENTOS EXTRAJUDICIAIS DE TUTELA

COLETIVA 437

1.	Inquérito civil e outros procedimentos preparatórios investigativos	437
1.1.	Introdução aos procedimentos investigativos	437
1.2.	Fonte normativa do inquérito civil	438
1.3.	Natureza jurídica e finalidade do inquérito civil	439
1.4.	Princípios: contraditório e ampla defesa	443
1.4.1.	Generalidades	443
1.4.2.	Amplitude do direito de defesa em inquéritos civis	445
1.5.	Instauração	447
1.6.	Publicidade	449
1.7.	Poderes instrutórios e produção antecipada de prova	449
1.8.	Desfechos	451
1.8.1.	Arquivamento e reabertura	451
1.8.2.	Outros possíveis desfechos	452
1.9.	Inquérito civil estrutural	453
1.10.	Outros procedimentos utilizados pelo Ministério Público	456
1.10.1.	Notícia de fato (NF)	456
1.10.2.	Procedimento preparatório (PP)	458
1.10.3.	A discussão sobre o cabimento do inquérito civil para fins eleitorais e o procedimento preparatório eleitoral (PPE)	459
1.10.4.	Procedimento de acompanhamento (PA)	463

2.	Compromisso de ajustamento de conduta e acordos coletivos	464
2.1.	A Autocomposição coletiva como técnica prioritária e as modalidades de acordos correspondentes aos tipos de obrigações	464
2.2.	Justiça multiportas e solução coletiva negociada	465
2.3.	Acordos coletivos envolvendo pretensões indivisíveis: compromisso de ajustamento de conduta (CAC)	466
2.3.1.	Fundamentos e legitimados	466
2.3.2.	Disciplina jurídica	468
2.3.3.	Natureza jurídica e finalidade do CAC	469
2.3.4.	Acordo de não persecução civil em casos de improbidade administrativa	470
2.3.5.	Procedimento e participação social	475
2.3.6.	Formalização e representação	475
2.3.7.	Execução, fiscalização e inadimplemento	476
2.4.	Acordos coletivos envolvendo pretensões divisíveis	477
2.4.1.	Regime jurídico	477
2.4.2.	Análise crítica: a proteção dos direitos individuais homogêneos entre acordos injustos e a <i>via crucis</i> judicial	479
2.5.	Acordos coletivos modelos em processos “objetivos”	482
2.6.	A destinação de bens e recursos decorrentes de decisões judiciais e instrumentos negociais de autocomposição em tutela coletiva (Resolução Conjunta CNJ/CNMP 10/2024)	484
2.6.1.	Introdução	484
2.6.2.	Âmbito de aplicação e delimitação normativa	485
2.6.3.	Princípios e diretrizes fundamentais	486
2.6.4.	O sistema de fundos e outros destinatários de recursos	487
2.6.5.	Mecanismos de controle e fiscalização	488
3.	Audiências públicas	489
3.1.	Aspectos gerais	489
3.2.	Previsão normativa	490
3.3.	Pertinência	492
3.4.	Metodologia	494
4.	Recomendações	497
4.1.	Aspectos gerais	497
4.2.	Natureza jurídica e princípios	499
4.3.	Aspectos procedimentais	500
4.4.	Monitoramento	501

BIBLIOGRAFIA	503
---------------------------	------------